

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI. Ao vigésimo dia do mês de agosto de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, sito à Av. Rei Alberto I, n. 119, Ponta da Praia, em Santos – São Paulo, com a presença dos integrantes da Comissão, cujas assinaturas constam em lista de presença que faz parte desta ata. Com a palavra à Coordenadora Sra. Marina dá início à reunião explicando os itens que constam na pauta. Sra. Luci Freitas ressalta que existem dois importantes eventos que estão sendo realizados na cidade, são eles: “Seminário Internacional sobre Justiça Restaurativa: 10 anos de diálogos para mudar realidades” e a “Semana da Educação”, por essa razão acredita-se o esvaziamento da presente reunião. Após a colocação acima, também enfatizou sobre a fundamental importância da presença da CMPETI nas reuniões da CEVISS e CMDCA. A Coordenadora Sra. Marina contextualizou tecnicamente os argumentos que foram pensados para a construção e realização das Oficinas sobre o Trabalho Infantil, com os técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Realizou um breve histórico em relação ao Redesenho do PETI e ressaltou a meta estabelecida a ser cumprida diante da problemática da ocorrência do trabalho infantil. Pontuou ainda que a identificação de situações de ocorrência de trabalho infantil não deve ser uma tarefa exclusivamente do Serviço Especializado em Abordagem Social de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil, e sim de toda a rede de serviços existente nos territórios. Sra. Luci Freitas indagou como está se dando a relação com os Agentes Comunitários de Saúde e Sra. Coordenadora Marina respondeu que a relação ainda é bastante tímida. Sra. Luci enfatizou a importância de estreitar essa relação, uma vez que os Agentes Comunitários estão presentes nos territórios, conhecem a realidade dos membros da comunidade e as situações vivenciadas por eles. A Coordenadora Sra. Marina comunicou que as demais Políticas Públicas estão com uma maior abertura diante da temática do trabalho infantil, mas que acredita ser um processo. Sra. Luci Freitas sugere que seja enviado ao CMDCA o posicionamento de que os próximos projetos a serem selecionados devam inserir os planos municipais existentes. A Coordenadora Sra. Marina deu continuidade à explicação a respeito dos eixos e ações estratégicas do PETI e pontuou que o reordenamento deve ser reconhecido e efetivado por todos os serviços que compõe a Rede de Atendimento. Logo em seguida explicou os objetivos das Oficinas realizadas com os CRAS. A partir dos conteúdos extraídos das oficinas, foram elencados alguns nós críticos. Sra. Luci Freitas pontuou a dificuldade das famílias no que se refere a garantia de transporte para as atividades de contraturno, uma vez que por algumas vezes

36 as atividades ocorrem distantes do território de origem e solicitou devolutiva. As entidades
37 Pró-Viver e Camps divulgaram a existência de vagas para inclusões em diversas
38 atividades e cursos. A Coordenadora Sra. Marina retomou as explicações sobre as
39 oficinas e os apontamentos realizados pelos técnicos dos CRAS. Sra. Marcia reforçou que
40 na Conferência Municipal das Mulheres, foi apontada a inexistência de atividades nos
41 territórios mais vulneráveis da cidade. Sr. Douglas reiterou essa situação elencada,
42 ressaltando a vulnerabilidade de crianças e adolescentes que moram no bairro da Vila
43 dos Criadores , com a ausência de espaços de lazer, cultura e esporte. Sra. Luci Freitas
44 informou que durante os finais de semana, espaços potentes permanecem fechados e
45 ociosos. A plenária indicou que a ausência das informações sobre as famílias atendidas
46 pelos diferentes serviços, produz ações duplicadas, isoladas e descoladas. A
47 Coordenadora Sra. Marina lembrou sobre a importância de ações intersetoriais e o
48 contato permanente entre os serviços da rede de atendimento para a discussão dos
49 casos. Sra. Luci Freitas mencionou a dificuldade de acesso aos serviços pelas famílias
50 que necessitam de atendimento. Sr. Douglas informou que no Centro Esportivo da Zona
51 Noroeste existe um médico de plantão que realiza o atendimento e que fornece os
52 atestados médicos necessários para as inclusões nas atividades esportivas. Sra. Marcia
53 verbalizou que a escola seria um espaço potente para divulgar as atividades existentes
54 nos territórios e para que as famílias e crianças e adolescentes possam ter acesso à rede
55 de informação e de atendimento. A plenária discutiu a importância de revisão do convênio
56 com a Secretaria do Esporte e Educação, para viabilizar o transporte necessário entre as
57 atividades, sendo necessário integrar as duas políticas. Sra. Margareth da Seduc ficou de
58 verificar a possibilidade de realização de apresentação na próxima reunião sobre o
59 Programa Escola Total. A Coordenadora Sra. Marina continuou com a explicação sobre as
60 oficinas e destacou como grande desafio de atuação e intervenção: tráfico de drogas e
61 exploração sexual, uma vez que são consideradas como as piores formas de trabalho
62 infantil. Relatou ainda que é fundamental a articulação com a Segurança Pública para o
63 enfrentamento destas questões. Após a Coordenadora Sra. Marina seguiu com a leitura
64 do Decreto Municipal, destacando somente as correções que foram realizadas na anterior
65 reunião realizada no mês de julho. Por último, foi sugerido pela Sra. Luci Freitas
66 realização de Capacitação em parceria com a CEVISS e a CMPETI. Não houve inscritos
67 para os assuntos gerais. E sem mais nada a falar encerra-se a reunião.